

Rolagem sem ajuste

OS estados estão há longo tempo em situação de penúria financeira. Com raras exceções, pouco esforço próprio fizeram para sair dela. As fontes de crédito praticamente se esgotaram e uma das maneiras habitualmente usadas pelos Governos estaduais para se financiarem é o não pagamento de suas dívidas e outros compromissos junto ao Governo federal.

TODO fim de ano, governadores acionam seus partidos e suas bancadas no Congresso Nacional para barganhar a rolagem da dívida (há muitos casos em que nem os juros são pagos), de modo a criar alguma folga em seus orçamentos. Essa rotina agora se repetirá, resultante de concessões feitas pelo Governo nas negociações com o Congresso, para que pudesse ter sua proposta de reforma tributária de emergência aprovada ainda no atual exercício.

DESDE o início dos anos 80, o setor público, como um todo, deixou de poupar (ao contrário, com déficits crônicos, tem avançado seguidamente sobre a poupança privada, empurrando para baixo

a taxa de investimento e, em consequência, atravancando o desenvolvimento econômico). O Governo federal até que conseguiu reequilibrar suas contas, mas o déficit persiste — principalmente em estados e municípios, companhias estatais e Previdência Social. Não há maior obstáculo ao controle da inflação e à retomada do desenvolvimento.

DAÍ que a rolagem da dívida, para ser considerada justificável, tem de fazer parte de um programa geral de ajuste, de modo a anular essa despoupança. No entanto, as negociações que levaram à aprovação da rolagem na Câmara denotam que a rolagem se dará apenas em decorrência de barganha política.

PRINCIPALMENTE porque 1992 é ano eleitoral, a questão orçamentária e das finanças públicas não pode ser tratada irresponsavelmente, sob o risco de todo o esforço feito até agora para frear a inflação acabar se perdendo numa avalanche de gastos não criteriosos.

ENGANAM-SE os governadores se pensam que paliati-

vos produzirão oxigênio suficiente para executar seus programas. Os orçamentos estaduais estão estruturalmente comprometidos; sem uma solução séria e profunda, as administrações continuarão andando em círculos, com sacrificios para o povo, que não pode contar com os serviços básicos sob a responsabilidade dos estados.

ALÉM disso, os estados que se esforçaram para regularizar seus débitos serão prejudicados por não poderem desfrutar dos benefícios concedidos aos inadimplentes. No mínimo, por questão de justiça, os que estiveram em dia deveriam ser brindados pelo Congresso com algum tipo de prêmio. Afinal, deseja-se estimular a boa conduta ou o calote?

A SOCIEDADE vem dando sinais de que está cada vez mais atenta ao que é feito com o dinheiro público. Engana-se quem pensa que, dentro de algum tempo, os compromissos agora assumidos para a rolagem da dívida serão esquecidos e a velha rotina da inadimplência poderá ser retomada sem susto e impunemente.